

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXIV nº 1471 | 15/04/2019 a 21/04/2019

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

PRODUÇÃO DE PEIXE

FILÃO ESTRANGEIRO

Piscicultura do Paraná busca atender exigências para acessar mercado internacional

sistemafaep.org.br



Aos leitores

Mais uma vez, o campo deu prova de que está unido e ciente da força que tem. Ao longo das três semanas do 1º Encontro Regional de Líderes Rurais, que passou por nove cidades do Paraná, milhares de lideranças e produtores rurais atenderam ao chamado da FAEP e dos sindicatos rurais e participaram ativamente das discussões em torno da sustentabilidade do sistema sindical. Mais do que as palestras do presidente da Federação e do consultor do Sebrae-PR, os eventos permitiram, por meio do debate coletivo, reunir uma lista robusta de estratégias para fortalecer a representatividade do setor, como mostra uma das matérias deste Boletim.

As últimas décadas reúnem uma série de importantes conquistas para agronegócio paranaense. O futuro impõe desafios que serão, com certeza, superados com trabalho e dedicação. Isso porque, no atual momento, os líderes e produtores rurais têm a real noção da necessidade de definir estratégias para evitar que setor seja combatido.

Os encontros regionais foram mais uma importante etapa do Programa de Sustentabilidade Sindical (PSS), que está em desenvolvimento pelo Sistema FAEP/SENAR-PR desde o início de 2018. Uma robusta lista de treinamentos, cursos, eventos, ações e atuações está programada para os próximos três anos, prazo previsto para o PSS. E diante da recente resposta do campo, a caminhada, apesar de desafiadora, será da continuidade de conquistas.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcântara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafanelli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Santos, Robson Vilalba e William Goldbach | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1471:

Fernando Santos, Felipe Anibal, APPA, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE

PISCICULTURA

Diante do crescimento da produção de peixes, Paraná se prepara para atender exigências dos compradores internacionais

PÁG. 4

ENCONTROS REGIONAIS

Na última semana, eventos em Guarapuava, Ponta Grossa e Curitiba reforçaram a forte mobilização do campo

Pág. 10

FEBRE AFTOSA

Paraná se prepara para a última campanha de vacinação contra a doença a partir de 1º de maio

Pág. 14

LEI KANDIR

Fim da regra que isenta de ICMS as exportações de produtos primários impactaria na competitividade do agro

Pág. 22

IMPACTO

FAEP dá suporte aos produtores diante do anúncio da suspensão dos abates da planta da BRF em Carambeí

Pág. 24

SIMPÓSIO DO LEITE

Público superior a 800 pessoas debateu a eficiência produtiva em busca dos mercados internacionais

Pág. 26

10 desafios para o agronegócio

Evento com apoio da FAEP em diversas cidades do Estado destaca prioridades para o desenvolvimento do campo



Graziano falou a produtores de diversas regiões do Estado

Em palestra no ciclo de eventos CBN Agro 2019, que conta com apoio da FAEP, o engenheiro agrônomo e professor Xico Graziano elencou 10 desafios que considera prioritários para o agronegócio. Na apresentação de abertura do ciclo, em Guarapuava, Graziano esmiuçou cada um desses pontos, de forma abrangente e provocadora. O especialista em sustentabilidade e economia agrária incentivou, também, agropecuaristas a “pensarem fora da caixa” e a se prepararem para as próximas décadas, sem depender do apoio do governo. Esta é a terceira edição do evento.

Um dos principais pontos defendidos por Graziano é a necessidade de evolução constante – de olho na revolução tecnológica. Tudo isso, de olho na organização do setor – por meio de entidades, como cooperativas, associações e sindicatos – e com um processo de renovação constante. Neste sentido, o palestrante destacou a iniciativa da FAEP de promover um evento voltado a fomentar o surgimento de novos líderes e a aumentar a adesão da categoria: o 1º Encontro Regional de Líderes Rurais (leia mais na página 10).

“A FAEP, por exemplo, está com um desafio enorme e está fazendo o que tem que fazer: investindo na formação de lideranças. Eu gosto muito disso”, afirmou.

Outro aspecto apontado como determinante por Graziano é a abertura da economia. É imprescindível que o Brasil esteja preparado para abrir suas fronteiras comerciais e a competir

Desafios

- 1 – Abertura da economia
- 2 – Crescimento do mercado interno
- 3 – Fim dos subsídios agrícolas
- 4 – Valorização da meritocracia
- 5 – Implantação de *compliance*
- 6 – Sustentabilidade
- 7 – Produção de alimentos saudáveis
- 8 – Evolução tecnológica
- 9 – Compartilhamento de conhecimento
- 10 – Renovação

no mercado mundial. Em uma perspectiva liberal, ele acredita na força da regulação do mercado. Paralelamente, apontou que é necessário que o país mantenha o mercado interno em constante expansão.

“Por que a China e a Coreia estão dominando a economia global? Porque abriram sua economia. Só o Sudão tem uma economia mais fechada que o Brasil”, disse. “Se isso [a abertura comercial] acontecer, será bom para o Brasil, pois vai ganhar dinheiro”, avaliou.

Ao mesmo tempo, o especialista mencionou outros desafios urgentes, como a valorização da meritocracia e adoção de mecanismos de *compliance* – técnicas e recursos adotados pelas agroempresas para comprovar transparência. Outro aspecto elencado como prioritário por Graziano é a sustentabilidade, com a adoção cada vez maior de fontes de energias renováveis e a redução de matrizes que contemplem larga emissão de carbono.

Calendário

O ciclo de eventos CBN Agro começou na segunda semana de abril, quando passou por Guarapuava, Ponta Grossa e Londrina. As apresentações ainda irão ocorrer em Cascavel (22), Toledo (23), Umuarama (24), Maringá (25) e Campo Mourão (26).

Consolidada, piscicultura do PR mira mercado externo

Apesar dos desafios comerciais e das exigências dos compradores, o Estado está de olho neste potencial filão



Família Bottini atua na produção de tilápia em Palotina, no Oeste do Paraná

Por Antonio C. Senkovski

Nos últimos anos, a piscicultura paranaense tem avançado mais rápido que “rastro de lambari”. Porém, esse avanço tem relação com outra espécie, a tilápia. Originária do continente africano, com a ajuda dos produtores do Paraná, esse animal encontrou águas propícias para prosperar em território paranaense. Tanto que as 27 mil toneladas da espécie produzidas no Estado em 2010 saltaram para 123 mil toneladas em 2018, segundo dados da Associação Brasileira da Piscicultura. O Estado é o maior produtor do Brasil e contribui de forma decisiva para o país ocupar o quarto lugar mundial entre as nações que mais produzem a proteína (veja o infográfico nas páginas 6 e 7).

O potencial nos próximos anos no país, e principalmente no Paraná, é de continuidade desse ritmo de crescimento. De acordo com Francisco Medeiros, presidente da Associação Brasileira da Piscicultura, o Estado lidera com folga a produção de tilápia utilizando tanques escavados na maioria das criações. No caso de usar lagos de usinas hidrelétricas, com tanques-redes, por exemplo, esse potencial sobe substancialmente. “Para se ter ideia, somente no Lago de Itaipu a capacidade de suporte para a criação de peixes é de 400 mil toneladas. Ou seja, o Estado tem como crescer muito utilizando os recursos hídricos já existentes”, aponta.

O incremento substancial na produção teria um propósito definido: aumentar o fornecimento além das fronteiras do

Brasil. Segundo Medeiros, existe um mercado de exportação a ser ocupado pelos paranaenses. “O mercado maior que podemos alcançar, entre todos, é o de exportação (ver análise técnica na página 7). E essa movimentação em busca dele já começou a acontecer. Nós tínhamos um problema cambial até um tempo atrás, pois com o dólar na casa dos R\$ 3 nós perdemos a competitividade. Mas como nos últimos semestres esse cenário mudou, vender para fora voltou a ser atrativo”, aponta. “Nesse primeiro momento, quem está aproveitando são aquelas empresas que já estavam exportando. Mas há espaço para outras organizações apostarem nesse negócio”, complementa.

A C.Vale, cooperativa com sede em Palotina, no Oeste do Paraná, abate 80 mil tilápias por dia. Os planos são de chegar a 90 mil/dia até abril. A longo prazo, a intenção é alcançar as 150 mil tilápias processadas diariamente. Segundo o presidente da cooperativa, Alfredo Lang, além da expansão, o mercado internacional também está na mira da organização, apesar de haver alguns entraves a serem vencidos. Hoje, as negociações esbarram principalmente em preferências alimentares e questões sanitárias.

“Os norte-americanos, por exemplo, preferem consumir carne de tilápia resfriada. Então, temos que viabilizar uma logística diferenciada, transportar de avião, se quisermos vender para eles. A Europa está impondo ao peixe criado em cativeiro as mesmas restrições do peixe capturado em mar aberto, que fica em barcos por muitas horas. O peixe de cativeiro chega vivo ao abatedouro, sem riscos à qualidade da carne. É uma questão de negociação que envolve as áreas técnica e diplomática do governo brasileiro. Normalmente, são negociações demoradas, mas precisamos ser persistentes e produzir o que o mercado externo quer consumir”, explica.

Oferta capacitada

Dentro da porteira, o planejamento para ampliar a produção e, conseqüentemente, o fornecimento para as indústrias está consolidado. Jean Bottini, produtor rural em Palotina, no Oeste do Paraná, tem cerca de um milhão de tilápias em uma área de aproximadamente 17 hectares. A sua trajetória ajuda a entender o que vem acontecendo no setor. No mercado há duas décadas, apenas há dois anos Bottini começou a trabalhar em um sistema de integração, inspirado nos modelos de aves e suínos, que tem turbinado a criação na região do Estado.

Um dos aspectos que mais tem feito a diferença, segundo o piscicultor, é o fato de haver uma proximidade maior com a assistência técnica. “Como eu trabalho há muitos anos no ramo, a gente acaba pensando que tem bastante conhecimento. Mas vê que há muitas novidades e procedimentos mais eficientes para determinados manejos. De 15 em 15 dias eu peso o peixe e informo à assistência técnica. Então, o técnico manda a tabela e acompanhamos o desenvolvimento de acordo com todos os critérios zootécnicos”, diz.



Assista ao vídeo da matéria no nosso site sistemafaep.org.br

Nesse sistema integrado, Bottini é responsável pela infraestrutura (incluindo energia elétrica) e mão de obra (no caso dele, 13 funcionários que são treinados via cursos do SENAR-PR). Os alevinos, assistência técnica, ração e outros insumos necessários são fornecidos pela empresa integradora. O pagamento, no fim, é obtido por meio de uma fórmula que considera viabilidade e ganho de peso dividido pela conversão alimentar. “Quanto maior o número, mais você recebe. Também é considerada a conversão em filé nesse cálculo. Pegamos o peixe entre 20 a 50 gramas e entregamos com 900 para o processamento, peso ideal para a indústria e que dá o melhor resultado ao produtor”, revela.

Piscicultura em números

Espécies mais produzidas no Brasil

Tilápia

55,5%

[400.280 toneladas]

Peixes Nativos

(tambaqui, pacu e outros)

39,8%

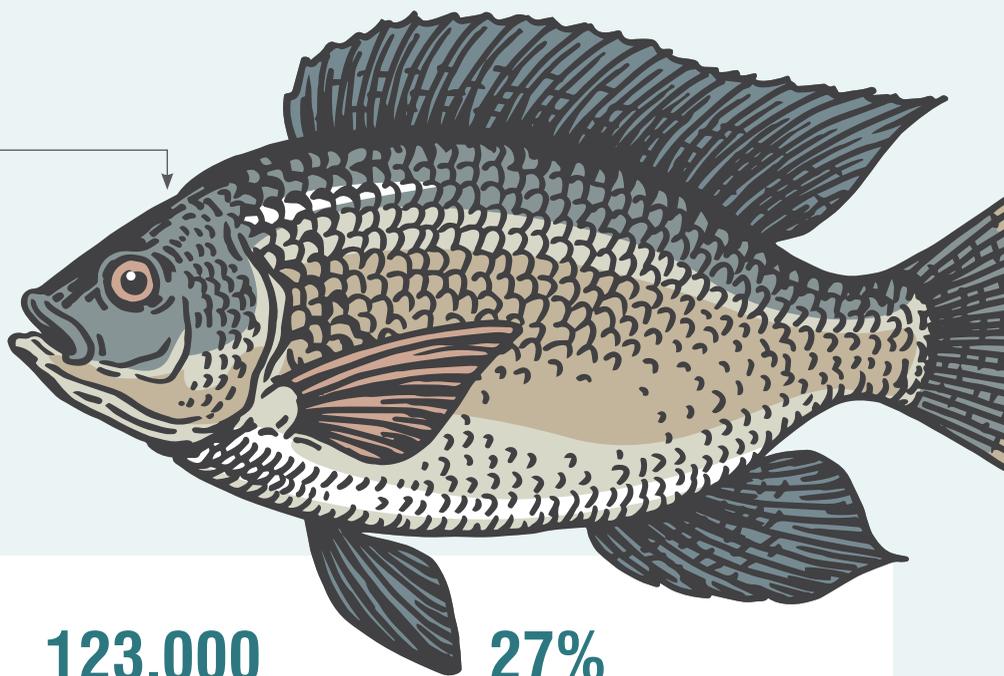
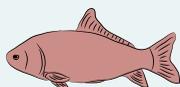
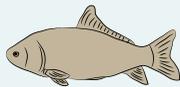
[287.910 toneladas]

Outros

(carpa, truta e pangá)

4,7%

[34.370 toneladas]



No Paraná:
129.900

toneladas de
peixe cultivado



123.000

toneladas são
carne de tilápia



27%

da produção de
tilápia no Brasil

Maiores produtores de
peixe cultivado no Brasil

PR	129.900 t
SP	73.200 t
RO	72.800 t
MT	54.510 t
SC	45.700 t

Ranking nacional da tilápia

PR	123.000 t
SP	69.500 t
SC	33.800 t
MG	31.500 t
BA	24.600 t

Os maiores produtores
de tilápia do mundo

CHINA	1,9 Milhão t
INDONÉSIA	1,3 Milhão t
EGITO	900 Mil t
BRASIL	400 Mil t
FILIPINAS	350 Mil t

Fonte: Peixe BR 2019 e Secex

Para Edmilson Zabott, produtor de tilápia e integrante da Comissão Técnica de Aquicultura da FAEP, antes do sistema integrado, os modelos como pesque-pague, de criadores independentes, foram responsáveis em popularizar o cultivo de peixes no Estado, a partir do fim dos anos 1990. Com a onda de alimentação saudável, o volume demandado começou a ser ampliado. Isso obrigou a uma maior organização para haver constância de oferta e padrão nos produtos. Essa movimentação tem acontecido de forma acelerada, especialmente no Oeste, pelo fato de a região já ter organizações com tradição na produção e comercialização de carne, especialmente suínos e aves.

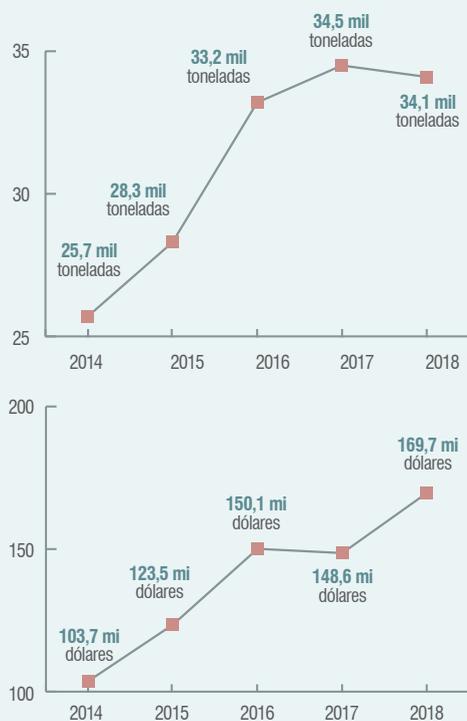
Ainda segundo Zabott, a tendência de crescimento no Paraná ainda tem um longo caminho pela frente. “A atividade tem no Paraná, principalmente nas regiões Oeste e Norte, um clima excelente para se desenvolver. O perfil de propriedades, de pequeno

para médio porte, proporciona diversificação de atividades. E, o peixe tem maior possibilidade de ser implantada em função de menor investimento, pois há várias opções de tecnologia, desde mais simples até mais tecnificadas”, diz. “Tem ainda o fato de ser uma atividade que possibilita manter filhos e família na propriedade, porque envolve todos os membros da família”, complementa.

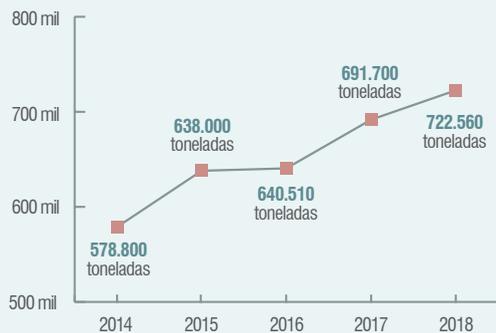
Potencial para seguir o Oeste

No Norte do Paraná, apesar do clima ideal para a tilápia, a caminhada rumo ao desenvolvimento da piscicultura ainda tem alguns passos a cumprir. Marcos Roberto Moreno, produtor independente de peixe no município de Primeiro de Maio, vende a produção para São Paulo e, às vezes, até mesmo para frigoríficos do Oeste, pois não há frigoríficos próximos para processar os peixes.

Evolução da exportação de peixes e derivados



Evolução da produção nacional de peixes cultivados



“Sem processamento, ficamos com um mercado restrito a pesque-pague e feiras, que não são suficientes para dar vazão ao produto. O peixe vivo mesmo, o transporte dele é caríssimo e muitas vezes acaba sobrando nas propriedades”, compartilha.

A expectativa dele e de seus colegas de classe é que, ainda em 2019, comece a funcionar um frigorífico, que está sendo construído em Alvorada do Sul. “A promessa é que esse projeto opere. Mas tivemos uma experiência ruim com uma planta construída em Cornélio Procópio que nunca entrou em operação. Muitos produtores apostaram, aumentaram a produção e acabaram adiando a inauguração. O produtor está pronto, tem condições de produzir. O que falta é uma sintonia na engrenagem que até hoje acabou não acontecendo. Mas nós estamos insistindo, pois o potencial daqui é muito grande”, comenta.



Por Guilherme Dias
Zootecnista do DTE
Sistema FAEP/SENAR-PR

Economia e onda *fitness* em prol do pescado

O comércio mundial de pescados movimentou US\$ 112 bilhões em exportações em 2017. Para se ter uma ideia do tamanho do mercado, a carne bovina, no qual o Brasil é o principal exportador global, mobilizou “apenas” US\$ 50,5 bilhões. Suínos e aves, cadeias que a terra brasilis também é destaque, somam US\$ 70,6 bilhões.

A produção nacional de pescados está em franca expansão. Em 2017, o crescimento foi de 8%, excelente, ainda mais após um ano de alta nos custos de produção. O Paraná contribuiu com 112 mil toneladas das 691,7 mil produzidas no Brasil, ou seja, 16% do montante nacional.

Alguns fatores colaboraram com a expansão da atividade no Estado: alta disponibilidade de coprodutos da agroindústria para a elaboração de rações, tecnologia e profissionalização, investimentos em frigoríficos, atuação do cooperativismo, estrutura fundiária e a diversificação da produção rural.

A conjuntura também é decisiva. Com a perspectiva de melhora na economia, oferta de emprego e aumento da renda, espera-se que o consumo seja retomado. Ainda, a onda *fitness* contribui para o aumento do apetite da população por alimentos com menor teor de gordura, como o pescado.

Mas existem entraves. A extinção do Ministério da Pesca e a transferência de responsabilidades para outros órgãos trouxeram morosidade aos processos. Ainda, a demora no reconhecimento da aquicultura como atividade agropecuária pelos órgãos ambientais dificultou avanços na atividade aquícola estadual.

Nesse cenário, o setor aposta na resolução de entraves ambientais e nas linhas de crédito do PAP 2018/19 para alavancar investimentos que contribuam para o aumento da produção.

Com atuação da FAEP, produtores contam com linha de crédito específica

Com apoio e mobilização da FAEP, desde o ano passado os produtores rurais do Paraná tiveram reconhecida a piscicultura como uma atividade agrossilvipastoril, ou seja, que integra os ramos de atividades do agronegócio. Assim, foi incluído no Plano Safra 2018/19 uma linha de crédito para o financiamento da atividade. A Caixa Econômica Federal (CEF), por exemplo, disponibilizou R\$ 8,5 bilhões aos produtores integrados.

De acordo com a assessoria de imprensa da CEF, o Paraná é o maior demandante desse tipo de financiamento, com ticket médio por integrado de R\$ 160 mil, destinado especialmente à aquisição de alevinos e ração. A concessão do crédito, conforme a CEF, é restrita às pessoas jurídicas, na condição de integradora, sejam agroindústrias ou cooperativas, que repassam o financiamento aos produtores.

“A linha de crédito apresenta uma taxa de juros anual de até 7%, prazo de até 12 meses e tem o limite, por ano agrícola, de até R\$ 400 milhões para agroindústria e até R\$ 800 milhões para cooperativa, com limite, por integrado, de até R\$ 200 mil por atividade explorada em regime de integração e limite, por cooperado, de até R\$ 500 mil, independentemente da atividade integrada explorada”, informa a Caixa.

O Brasil é destaque na produção de proteínas animais, independente de qual, embora ainda haja desafios a serem vencidos. “A questão dos custos de produção ainda é uma dificuldade que permeia diversas atividades e não é diferente com a piscicultura. A questão ambiental também é desafiadora. Só recentemente os órgãos ambientais dos Estados estão começando a entender como uma atividade agrossilvipastoril. Mas precisamos celeridade maior na concessão de licenças que permitam que o Paraná explore todo o potencial aquífero que existe por aqui”, ressalta o técnico Guilherme Souza Dias, do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Energia: desafio ao setor

Na esfera dos desafios a serem enfrentados para fazer a atividade crescer, a energia elétrica aparece entre as prioridades. Para Edmilson Zabott, integrante da Comissão Técnica de Aquicultura da FAEP, é preciso atenção à questão da oscilação na rede de energia elétrica e nas interrupções no fornecimento. “No Oeste do Paraná e em outras regiões, temos problema de queda de energia. Algumas redes são muito antigas, não suportam aumento da carga de todos os setores, entra com muita oscilação, o que acaba danificando motores e equipamentos. O bem-estar animal depende totalmente de uma energia de qualidade”, pontua. “Teve um domingo que acabou 13 vezes a energia elétrica em uma das minhas áreas. Assim não tem equipamento que aguente. Sempre tem alarme, motor, painel de controle que queima”, ratifica o produtor Jean Bottini.

Para a Companhia Paranaense de Energia (Copel), a continuidade no fornecimento é hoje “o tópico de máxima atenção na área de engenharia” da empresa, mas que “as redes de energia aéreas são sujeitas à ação de fatores alheios ao controle da concessionária (condições climáticas adversas, quedas de árvores sobre as linhas, abaloamento de postes, atos de vandalismo, etc.), os quais provocam interrupções no fornecimento”. Para minimizar problemas, há diversos sistemas e equipamentos de proteção, no qual a companhia afirma que tem investido de maneira contínua.

Segundo a Copel, desde 2015 foi lançado o programa Mais Clic Rural, voltado para melhoria tecnológica das redes de energia do campo. Novas redes dentro desse programa têm surtido efeito, conforme a organização, com



Edmilson Zabott, integrante da Comissão Técnica de Aquicultura

diminuição de 22% na duração da falta de energia para consumidores no campo.

“Em 2019, a distribuidora irá investir R\$ 835 milhões, sendo que 65% deste valor serão investidos em obras (...). A região Oeste do Estado, onde se encontram boa parte dos piscicultores, vai receber mais de 30% do total de investimentos previstos pela Copel para melhorias na rede de distribuição de energia este ano. Ao todo, serão R\$ 271 milhões em obras de redes de alta e média tensão, subestações e tecnologias de ponta que serão instaladas em redes de energia rurais”, prevê a empresa. “Já as redes de média tensão – que levam energia ao consumidor final – contarão com um reforço de mais de 1,7 mil novas obras entre 2019 e 2021, em um total de R\$ 205 milhões em investimentos”, completa a organização.

Congresso irá abordar os avanços da fitossanidade

Com apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR, V Conbraf será palco para a discussão sobre as demandas do setor agrícola

As práticas fitossanitárias são indispensáveis para a manutenção de uma boa lavoura e aumento da produtividade. Por isso, mais que estar atento às novidades do setor, é fundamental discutir as estratégias de sanidade vegetal e sua relação com o cenário e as perspectivas da agricultura brasileira. Com esse objetivo, entre os dias 7 e 9 de agosto, acontece o V Congresso Brasileiro de Fitossanidade (Conbraf), em Curitiba. O Sistema FAEP/SENAR-PR é uma das instituições que apoiam o evento.

De acordo com o presidente do V Conbraf, Marcelo da Costa Ferreira, o Congresso irá permear todo o contexto que envolve a fitossanidade, desde a identificação dos microorganismos causadores de patologias até os mecanismos de controle. O intuito é abordar, principalmente, o *status* de sanidade atual e que rumo deve tomar nos próximos anos. A programação foi elaborada para atingir diversos públicos, entre professores, pesquisadores, representantes de agroindústrias e produtores rurais.

“Vamos debater as estratégias que devem ser utilizadas para que o Brasil não sofra de problemas fitossanitários, a questão das fronteiras, para que pragas de outros países não adentrem aqui, as demandas dos setores produtivo e privado e os parâmetros do mercado fitossanitário que envolvem todo esse setor”, detalha Ferreira.

Temas

Exemplo da didática proposta é a palestra sobre os aspectos legais e agrônômicos de misturas em tanque, uma prática amplamente utilizada pelos agricultores brasileiros, mas que ainda causa uma série de dificuldades. “A calda sanitária é o resultado dessa mistura que o produtor aplica no campo. Muitas vezes, não ficam bem uniformes durante a mistura e, na hora da aplicação, param no filtro e interferem no circuito do pulverizador. É um aspecto do dia a dia e o produtor sofre bastante”, observa Ferreira.

Outro tema envolve a fruticultura, importante setor para a conjuntura brasileira, visto que o país ocupa a terceira posição no ranking mundial de produção de frutas. Segundo o pesquisador em Entomologia e Controle Biológico da Embrapa Clima Temperado Dori Edson Nava, as chamadas moscas das frutas talvez sejam o maior problema da fruticultura do Brasil e do mundo. Na palestra, Nava irá apresentar os principais gargalos que dificultam o controle por parte dos fruticultores.

“O manejo de mosca das frutas no Brasil sempre foi reali-



Serviço

V Conbraf (Congresso Brasileiro de Fitossanidade)

Data: 7 a 9 de agosto

Local: Centro de Eventos da Fiep, em Curitiba

Informações: www.conbraf2019.com.br

zado com o uso de controle químico. Mas hoje, sabemos que é difícil manejar pragas com inseticidas, especialmente porque esses produtos estão saindo do mercado e está cada vez mais difícil ter um produto com boa ação sobre moscas”, antecipa.

O pesquisador irá abordar as tendências atuais de monitoramento e controle dessa praga, destacando os métodos com maior taxa de sucesso. “Três técnicas já são empregadas em grandes áreas: uso do inseto estéril, iscas-tóxicas e atraentes alimentares. Ainda existe o controle biológico, um trabalho que estamos realizando no Brasil junto com outros pesquisadores”, ressalta Nava. Na palestra serão abordados os principais resultados de pesquisas sobre o tema dos últimos 10 anos.



Liderança para manter o protagonismo

1º Encontro Regional de Líderes Rurais chega ao fim, estimulando a formação contínua de novas vozes do setor agropecuário

Por Felipe Aníbal

Que o agronegócio é indispensável para a economia do Brasil, todo mundo sabe. Seja pelo fato de o setor ser o responsável pelo alimento que chega à mesa do brasileiro, seja pelas cifras bilionárias que a atividade movimentada a cada ano, seja pelos postos de trabalho que gera em cada rincão do país. Dentro do 1º Encontro Regional de Líderes Rurais, o consultor do Sebrae-PR Celso Garcia apresentou uma palestra em que

conclamou os produtores rurais a tomarem participação nas organizações do setor, como forma de tornar definitivo o protagonismo do agronegócio.

“Se vocês não tomarem a responsabilidade e fizerem o agronegócio continuar a ser protagonista deste país, ninguém vai fazer isso por vocês. Essa mudança começa aqui e agora”, sentenciou Garcia.

Com o tema “O poder de influência do produtor rural na sociedade 4.0”, a palestra se dispôs a apontar porque é importante o desenvolvimento de novas lideranças rurais. Uma das respostas é ancorada justamente no viés econômico: o agronegócio responde a cerca de 30% do PIB do país. Só no ano passado, por exemplo, as exportações do setor passaram dos R\$ 93,3 bilhões e a contribuição na geração de empregos teve um saldo positivo de 74,5 mil postos de trabalho. “Vocês alimentam este país. E mais que isso. Vocês estão sustentando o Brasil economicamente”, apontou o consultor do Sebrae-PR.

O outro ponto relacionado à importância de se formar líderes rurais está diretamente relacionado ao aspecto cultural do homem do campo. Neste ponto, Garcia afirma que a ética e o labor do produtor rural são indispensáveis à consolidação do país. “Vivemos em uma sociedade carente de referências. E vocês são referências, porque são orientados por valores e pelo trabalho. Nós precisamos de valores e os do homem do campo são muito positivos”, apontou o consultor do Sebrae-PR.

Como fazer?

Para que isso ocorra, Garcia enumerou uma série de desafios que devem ser superados e de elementos em que o produtor rural deve ficar de olho. Um deles é a necessidade de atualização constante. O palestrante exibiu no telão uma edição da revista Forbes (mais importante periódico de economia mundial) de 2007, cuja reportagem de capa fala da empresa de telefonia Nokia,



O presidente do Sindicato Rural de Guarapuava Rodolpho Botelho



Anton Gora: união para manter competitividade



Gustavo Ribas: orgulho de produzir alimento

com a manchete “Quem pode pegar o rei do telefone?”. Na ocasião, a multinacional tinha um bilhão de clientes e parecia insuperável. Hoje, 12 anos depois, é difícil encontrar quem tenha comprado um Nokia recentemente.

“Não importa o quão bom você é, nem o quão sólido parece ser o seu negócio. Se você não se adaptar às mudanças, você simplesmente vai acabar em nada, vai desaparecer”, disse o palestrante.

Além disso, Garcia ressaltou a necessidade de se entender as diferenças de padrões e paradigmas de cada geração, para, a partir daí, otimizar o relacionamento interpessoal e, por conseguinte, o desenvolvimento humano do setor. “É olhar para uma pessoa, saber o que ela pensa, para eu poder lidar com ela da melhor forma”, resumiu o consultor. “O sindicato só vai ser indispensável se conhecer as reais demandas do produtor”, acrescentou.

Aprofundando este raciocínio, o palestrante elencou outros comportamentos a serem excluídos, com forma de catapultar o desenvolvimento humano. Como exemplo, ele mencionou a necessidade de abandonar o modelo de gestão baseado em “comando e controle” e acabar com a punição dos erros.

“Nós temos que entender que o sindicato é um espaço de desenvolvimento humano. Precisamos acabar com velhas fórmulas. Propor ideias e arriscar mais. Temos que fazer de outra forma, mais ágil”, reforçou.

Depoimentos de Guarapuava



“Evento muito importante pelo momento de transição de economia que o Brasil está passando e que vai definir os rumos do setor. A nossa atuação é fundamental para que possamos crescer estrategicamente”

Cícero Jean Machado,
agricultor de
Laranjeiras do Sul



“Como participo do sindicato, o evento ajuda a ampliar os nossos horizontes. O mundo e o setor, como um todo, estão em evolução constante e nós temos que acompanhar tudo isso”

Mário Bilek, pecuarista
de ovinos e bovinos de
Guarapuava



“Eu faço parte de uma associação de produtores e fui indicada para participar do evento, porque se sabe da necessidade de novas lideranças. O setor precisa muito disso”

Sandra Mara do
Prado, produtora de
ovos e hortifrúti de
Guarapuava



Guarapuava recebeu um dos encontros do ciclo



Ponta Grossa também esteve no calendário dos encontros



Curitiba encerrou a série de eventos

Evento

Realizado ao longo de três semanas, entre o fim de março e o início de abril, o 1º Encontro Regional de Líderes Rurais passou por nove cidades: Mandaguacu (Norte), Ivaiporã (Norte), Londrina (Norte), Pato Branco (Sudoeste), Assis Chateaubriand (Oeste), Umuarama (Nordeste), Guarapuava (Centro-Sul), Ponta Grossa (Campos Gerais) e Curitiba. A tônica dos encontros foi de ressaltar as conquistas que a união da categoria já legou ao setor e a necessidade de capacitação constante e de geração de novas gerações de líderes.

O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, listou uma série de vitórias que só puderam se concretizar por causa do sistema sindical, que é o “braço de atualização política” dos produtores rurais. Como exemplo, Meneguette citou a isenção do pagamento pelo uso da água, isenção do ICMS na energia elétrica e a Tarifa Rural Noturna, além de ações que protegeram a categoria, como no caso dos avanços garantidos no Código Florestal e na suspensão da demarcação de terras indígenas no Oeste do Paraná.

Depoimentos de Ponta Grossa



“É muito grande a importância de encontrarmos pessoas novas, novos líderes do meio, e continuar conquistando qualidade no setor. Vivemos um momento de transformação e temos que buscar não ficar pra trás diante dessas novidades”

Fernando Wasik,
produtor rural de Ponta Grossa



“Em qualquer meio, tem sempre que se renovar. É importante que venham a juventude e as mulheres, acrescentando novas visões e novas ideias. E tudo isso, sempre se capacitando – e neste ponto a FAEP também é muito importante”

Danielle Casagrande,
diretora sindical de Ipiranga



“Estamos vivendo uma nova fase, com um novo governo. É muito importante que as lideranças rurais se unam em torno da realidade da agricultura. É a nossa representação que vai fazer que a agricultura tenha o lugar de destaque que merece”

Guilherme Jonker,
presidente do sindicato de Piraí do Sul

“A chave de tudo é união. Uma cooperativa, um produtor não pode bater de frente com um promotor, por exemplo. Mas o sindicato pode, a Federação pode. Somos um escudo para o produtor, nessas ações políticas. Por isso, é importante que se trabalhe as lideranças sempre”, afirmou Meneguette.

“Se as nossas entidades não estiverem atentas, perdemos competitividade. Precisamos contribuir financeiramente e também com participação, se quisermos ter nossos interesses representados. As decisões são políticas e depende das entidades e dessa estrutura”, acrescentou Anton Gora, presidente do Núcleo dos Sindicatos Rurais da Região do Centro do Paraná.

Neste aspecto, o presidente do Núcleo dos Sindicatos Rurais dos Campos Gerais, Gustavo Ribas, avaliou que só essa atuação e atualização continuadas é que podem garantir uma representatividade robusta e o avanço do setor, principalmente frente às transformações constantes. “Precisamos pensar e agir de acordo com esse momento de mudança. Somos sindicatos rurais com muito orgulho e muito diferenciados em relação a muitos sindicatos que vemos por aí. Temos orgulho da nossa produção, orgulho de trazer alimento para a nossa população”, destacou.

O 1º Encontro Regional de Líderes Rurais foi encerrado com um evento realizado na sede da FAEP, em Curitiba, do qual participaram nove sindicatos. Em seu discurso, Meneguette mais uma vez convocou os produtores rurais a assumirem papel de protagonismo e liderança. “Temos que nos reinventar, que trabalhar diferente. Esse programa de Sustentabilidade Social vai ser uma alavanca para termos um sistema sindical forte no Paraná”, disse.

Programa irá formar líderes

Ao longo do evento, a FAEP anunciou o programa “Liderança Rural”, curso em dois módulos, a serem realizados ao longo de três dias, totalizando 24 horas-aula. Desenvolvida em parceria com o Sebrae-PR, a capacitação tem por objetivo, justamente, estimular a capacidade de liderança e trabalhar em cooperação. Os conteúdos são voltados ao autoconhecimento e visão estratégica para os sindicatos.

O presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, defendeu a importância do desenvolvimento permanente de novas lideranças como forma de manter a atividade em posição de destaque. “Vocês vão gostar muito dessa capacitação, desenvolvida pelas melhores cabeças do Brasil. Vamos continuar escrevendo a história do sistema sindical paranaense. O nosso futuro está em nossas mãos”, disse Meneguette.

Interessados em participar do programa devem procurar o Sindicato Rural do município.

Depoimentos de Curitiba



“Vim em busca de conhecimento para aplicar no dia a dia de nosso Sindicato. Tudo isso que é abordado no evento pode e deve ser repassado adiante ao nosso produtor rural. Precisamos estimular a criação de novas lideranças”

Larissa Gasparin,
funcionária do Sindicato Rural de Colombo



“É um evento importante para unir a diretoria do nosso Sindicato. Estamos em um momento em que há novas exigências de mercado e o produtor e a diretoria sindical precisam estar de olho”

Marcos Roberto R. dos Santos,
mobilizador sindical em São José dos Pinhais



“Estamos em um novo e importante momento de transformação. Como trabalho em Sindicato Rural, posso pegar essas informações e compartilhar com os sindicalizados, para que eles também possam se tornar líderes da categoria”

Débora Milani,
funcionária do Sindicato Rural de Colombo

Última vacinação contra aftosa no Paraná começa em maio

Pecuaristas devem ficar atentos às orientações para realizar o manejo corretamente



Após um intenso trabalho de defesa agropecuária, o Paraná se prepara para realizar a última campanha de vacinação contra febre aftosa a partir do dia 1º de maio. Em 2018, o Estado teve seu pedido aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para antecipar a retirada da vacina e, assim, dar mais um passo em busca do reconhecimento de área livre de febre aftosa sem vacinação em 2021 junto à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), conforme prevê o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA).

A antecipação da retirada da vacina é uma certificação da defesa sanitária do Estado e resultado da mobilização dos diversos setores públicos e privados ligados ao agronegócio paranaense. Nesse sentido, é muito importante que o produtor faça o dever de casa e siga corretamente as instruções nessa última campanha. “Defesa sanitária é uma obrigação de todos e o trabalho não acaba. Assim como o Estado tem obrigações de execuções e fiscalização, o produtor tem suas responsabilidades”, reforça o médico veterinário do Sistema FAEP/SENAR-PR Alexandre Lobo Blanco.

Ainda que o Brasil não possua registros de febre aftosa desde 2006, as campanhas de vacinação foram fundamentais

neste processo de fortalecimento da sanidade animal no país e, principalmente, para que o Paraná possa alcançar o status de área livre sem vacinação em 2021. “As campanhas de vacinação foram importantes para aprimorar os registros de rebanhos e fortalecer a vigilância sanitária em todas as regiões”, explica Lobo Blanco.

O calendário oficial do Mapa determina as orientações para vacinação do rebanho bovino e bubalino. No Paraná, a campanha de maio é destinada aos animais com idade até 24 meses.

Cuidados na vacinação

Para assegurar as boas práticas na hora da vacinação, os pecuaristas devem seguir algumas recomendações, principalmente devido às mudanças ocorridas no ano passado. A Instrução Normativa 11/2018 do Mapa, que passou a valer este ano, atualiza o regulamento técnico para produção e controle de qualidade da vacina, instituindo a redução da dose de 5 para 2 mililitros.

Outro cuidado fundamental é sobre a temperatura das vacinas, que devem ser armazenadas entre temperatura de 2°C e 8°C. Por isso, é recomendado que, durante o transporte, sejam utiliza-



das caixas térmicas com três partes de gelo para uma de vacina. A caixa térmica deve ser bem lacrada e a vacina mantida no gelo até o momento da aplicação para a conservação da temperatura.

O médico veterinário do Sistema FAEP/SENAR-PR indica escolher a hora mais fresca do dia para a vacinação do rebanho. “A gente sabe que, por questões operacionais da fazenda, nem sempre é possível. Mas, com isso, os animais sofrerão menos estresse e também evita o choque térmico pela temperatura da vacina”, observa. A aplicação deve ser feita na tábua do pescoço do animal, embaixo da pele.

Ainda, é importante evitar que a programação de vacinação tenha interferência de outros manejos. “Fazer o deslocamento do rebanho tem todo um custo para o produtor. Mas esse é um cuidado importante para que os riscos de reações adversas à vacina sejam os menores possíveis”, aconselha Lobo Blanco.

As vacinas devem ser compradas apenas em lojas registradas e o pecuarista precisa estar atento para não deixar para última hora. “O ideal é que o produtor faça a reserva da compra da vacina com antecedência”, recomenda o médico veterinário do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Outros cuidados, mas não menos importantes, são a respeito da revisão das condições da seringa aplicadora: uso de

agulhas novas, de preferência do tamanho 15 x 18, limpas e trocadas com frequência, aplicar no tronco de contenção para mitigar a incidência de reações vacinais; e o descarte dos frascos das vacinas e agulhas seguindo as orientações sanitárias de cada município.

Todas essas diretrizes são fundamentais para evitar a ocorrência de abscessos, que são lesões provocadas em decorrência de más práticas e de contaminação no local da aplicação da vacina. O abscesso é impróprio para consumo e a carne precisa ser descartada, o que causa prejuízos ao produtor.

Pós-vacina

Feita a vacinação, o pecuarista deve preencher uma declaração e entregá-la no serviço veterinário oficial do Estado junto com a nota fiscal de compra das vacinas. O monitoramento e fiscalização das áreas de rebanho são realizadas pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar).

Além disso, concluir a última campanha de vacinação do rebanho paranaense com sucesso é mais um importante atestado – entre tantos outros – de que o Estado está preparado para receber o status de área livre de febre aftosa sem vacinação.

O Paraná está pronto?

Finalizada a campanha de maio, segundo o protocolo da OIE, ainda há uma série de tarefas antes de o Paraná receber o novo *status* sanitário. Em 2020 está previsto um estudo epidemiológico realizado pelo Mapa para avaliar a circulação viral no Estado e, posteriormente, ser formalizado o pedido junto à OIE para reconhecimento do Paraná como área livre da doença sem vacinação em 2021.

“A retirada da vacinação no Paraná é um certificado de excelência em defesa sanitária e de que a Adapar tem condições de garantir as orientações do PNEFA com segurança aos produtores do Estado”, declara Lobo Blanco, que também ressalta a importância da continuidade do trabalho de sanidade animal após a conclusão dessa etapa. “Com a retirada da vacinação, as responsabilidades dos produtores não diminuem. Serão implantadas novas formas de cadastro de rebanho de forma auto declaratória

e cabe ao pecuarista continuar fazendo a sua parte. É um trabalho constante”, lembra.

Os produtores tiveram uma participação essencial durante a trajetória em direção a este novo *status*, como, por exemplo, nos Conselhos de Sanidade Agropecuária (CSAs), organizações criadas para debater e promover as sanidades animal e vegetal com apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR. “Foram diversas discussões que perpetuaram, principalmente, a fiscalização em fronteiras e as atividades profissionais dos fiscais”, aponta Lobo Blanco.

Com o reconhecimento de área livre de febre aftosa sem vacinação, o Paraná passa a ter acesso a novos mercados, que pagam mais pelas proteínas animais. “É um título importante de competência da defesa sanitária, principalmente para o mercado internacional. Além disso, vai permitir, internamente, maior controle de outras doenças de interesse sanitário e econômico”, finaliza o médico veterinário.

Confira o passo a passo da vacinação contra a febre aftosa



TRF-4 atende pedido da FAEP

No dia 4 de abril, a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) manteve a suspensão da demarcação de terras indígenas em Altônia, Guaíra e Terra Roxa, no Oeste do Paraná. A decisão atende um pedido da FAEP, que havia apontado ilegalidades no estudo da Fundação Nacional do Índio (Funai) que embasaria a demarcação. A suspensão foi mantida por unanimidade pelos desembargadores.

Auto de infração pela Adapar

A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) irá repassar às Promotorias de Justiça das áreas de atuação das unidades locais de sanidade agropecuária os autos de infração lavrados relativos aos programas de fiscalização do uso do solo agrícola, fiscalização do comércio e do uso de agrotóxicos e relativos ao vazio sanitário da soja. Ou seja, toda vez que a Adapar autuar um produtor rural, terá que comunicar a Promotoria de Justiça. O procedimento atende um pedido do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público do Paraná.

Composição da CT de Cafeicultura

Nos dias 23 e 24 de abril, integrantes da Comissão Técnica de Cafeicultura da FAEP acompanhados de técnicos da entidade irão visitar alguns sindicatos do Norte Pioneiro do Paraná para mobilizar produtores do grão quanto a participação nas discussões e estratégias de fortalecimento da cadeia. Na lista de visitas constam os sindicatos de Apucarana, Jandaia do Sul, Grandes Rios, Tomazina, Joaquim Távora e Carlópolis. Ainda, interessados em participar da Comissão Técnica de Cafeicultura da FAEP devem procurar o sindicato rural do município.



CSA discute vacinação contra aftosa

No dia 10 de abril, os integrantes do Conselho Municipal de Sanidade Agropecuária (CSA) de Cascavel estiveram reunidos, no Sindicato Rural de Cascavel, para debater a campanha de vacinação contra aftosa e biossegurança em granjas de suínos. A Adapar fará uma série de fóruns no Paraná para esclarecer as dúvidas sobre os temas. Entre as novidades trazidas pela IN 265, aspectos como a limitação na entrada de pessoas, desinfecção de veículos, controle de insetos e roedores, bem-estar animal entre outros pontos, como escritório, cercados e obrigatoriedade de quem entrar tomar banho na entrada e na saída do local.

O incrível “boimate”

Em “barrigada” histórica, revista Veja publicou matéria sobre falsa pesquisa que anunciava o cruzamento de células de boi com de tomate

O cruzamento genético de células animais (no caso, de um boi) com células vegetais (de um tomate) soa absurdo até para ficção científica. Pois é! Mas, em 27 de abril de 1983, a revista *Veja* embarcou nessa fantasia e publicou uma matéria em que anunciava que cientistas alemães haviam chegado ao “boimate”, fruto constituído em 50% por proteína animal e a outra metade por proteína vegetal. Claro que era conversa fiada. Até hoje, o caso do “boimate” é considerado uma das maiores “barrigadas” (publicação sem intenção de notícias inverídicas) do jornalismo brasileiro e ainda motivo de grande constrangimento para o periódico.

A fonte de informação para a matéria do semanário brasileiro havia sido um artigo publicado pela revista britânica *New Scientist*. Ocorre que a imprensa inglesa tinha a tradição de, na semana do 1º de abril, publicar notícias flagrantemente falsas. De forma incauta e sem checar a informação, a *Veja* embarcou na esparrela e, por consequência, deu a “barrigada”.

A incrível possibilidade de fusão de células de espécies animal e vegetal entusiasmou os editores da *Veja*, que “compraram” a história. Não se atentaram às pistas deixadas pela *New Scien-*

tist, para que o leitor percebesse, de cara, que se tratava de uma brincadeira. Por exemplo, os pesquisadores responsáveis pelo experimento do “boimate” se chamavam Barry MacDonald e William Wimpey (em referência clara às redes de *fast-food* McDonald’s e Wimpy). Ainda mais: os cientistas seriam



Ilustração: Robson Vilalba



da Universidade de Hamburgo (cognato de hambúrguer).

A matéria da Veja ocupou uma página inteira, com o título “Frutow da carne”. Além de festejar a descoberta do “boimate”, o texto assinala que “a experiência dos pesquisadores alemães, porém, permite sonhar com um tomateiro do qual já se colha algo parecido com um filé ao molho de tomate”, e destaca que a pesquisa “abre uma nova fronteira científica”.

A reportagem teve direito a entrevista com um pesquisador da USP, que também caiu na pegadinha, e um infográfico intitulado “A produção do ‘boimate’”, com ilustrações que mostram um boi e um tomate. O diagrama esmiuçava o passo-a-passo do experimento alemão, que teve como resultado as células híbridas chamadas de “boimate”.

É claro que, de primeira, muita gente duvidou da história e a repercussão da publicação foi muito negativa. O jornal O Estado de São Paulo chegou a publicar uma matéria, apontando a farsa, ou seja, que a tal pesquisa que havia embasado a reportagem da Veja era uma brincadeira. A Veja só reconheceu o erro quase um

ano depois, em abril de 1984, quando publicou uma retratação. “A revista, que tirara as informações da publicação inglesa New Scientist, caiu numa brincadeira de 1º de abril, época na qual a imprensa da Grã-Bretanha, por tradição, inclui entre seus artigos uma ingênua mentira”, diz a errata veiculada pela Veja.

Vexame

Apesar da retratação, pouco se soube sobre os motivos que, realmente, fizeram a Veja cair na “pegadinha” da New Scientist. Em 2015, o ilustrador Paulo Nilson jogou um pouco mais de luzes sobre o caso. Em sua página do Facebook, ele “confessou” que havia sido ele quem elaborou o infográfico do “boimate” e contou um pouco dos bastidores da publicação.

“Ouvi um zun-zun sobre uma descoberta fan-tás-ti-ca, e meus pelos se arrepiaram. Logo veio o jovem foca, recém promovido a Editor de Ciência e Tecnologia, Eurípedes Alcântara, brandindo uma revista amarrotada, exigindo uma ilustração. Fui obrigado a desenhar, mas não coloquei meu crédito, que não nasci ontem. Deu no que deu...”, escreveu o ilustrador.

Gozações

Antes de o Estadão desmascarar a farsa, uma série de cartas começou a chegar às redações de jornais e revistas de todo o país, em regra, sacaneando a matéria da Veja. Algumas foram tornadas públicas. Leitor da revista Capital, Francisco Luís Ribeiro, por exemplo, relatou outra experiência: o cruzamento do pombo-correio com papagaio, para o envio de “mensagens faladas”.

Outro leitor, que assinava “X-Burger, PhD, Capital” celebrava que também havia feito descobertas científicas, como o jeribá, que seria o cruzamento do jabá com jerimum. O bem-humorado missivista ainda disse que estava em vias de criar o “Porcojão” ou “Feijoporco”, que revolucionaria a feijoada paulista. Diante do disparate da Veja, o jeito era rir.

Isenção da TEC do trigo pode abalar mercado interno

Aumento da oferta do produto importado deve pressionar valores e causar dificuldades para os produtores

O comunicado conjunto divulgado pelos presidentes do Brasil e dos Estados Unidos, Jair Bolsonaro e Donald Trump, respectivamente, sobre a importação de trigo norte-americano com tarifa zero causou preocupação entre os tricultores paranaenses. De acordo com o documento, o Brasil implementará uma cota anual que permite a importação, livre de tarifas, de 750 mil toneladas do cereal do pão.

Hoje, a importação de trigo de outros países que não pertencem ao Mercosul, onde há livre comércio para o produto, possui uma taxa de 10%, referente à Tarifa Externa Comum (TEC). Esta foi uma medida adotada pelos países sul-americanos para incentivar a competitividade e evitar a formação de oligopólios e/ou reservas de mercado.

O anúncio de Bolsonaro deixou o setor em alerta, principalmente no Paraná, maior produtor nacional de trigo. Conforme dados de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Esta-

tística (IBGE), a produção paranaense corresponde a cerca de 60% do cereal brasileiro.

A importação do trigo dos Estados Unidos livre de taxas pode prejudicar o mercado doméstico e os produtores, em especial paranaenses, podem sofrer com a concorrência. “A retirada desta tarifa implica em maiores dificuldades para o produtor paranaense, uma vez que o trigo importado impõe a ele menos competitividade”, destaca o economista do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP Luiz Eliezer Ferreira. Ainda, Ferreira explica que, com a alta de 27,3% na produção brasileira na safra 2017/18, não há escassez de trigo no mercado interno. “Os moinhos já estão abastecidos até o final da temporada atual, não há desabastecimento interno e nem demanda aquecida que justifique importar mais trigo”, observa.

Dados do Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro (AgroStat) mostram que, em



2018, o Brasil importou 507 mil toneladas de fora do Mercosul, o que representa 7,43% do total. Deste número, 273 mil toneladas vieram dos Estados Unidos. O economista esclarece que, se confirmada a cota, a perspectiva é de que haja uma substituição de importação. “Isso não significará, necessariamente, uma enxurrada de trigo no mercado interno, visto que há internamente uma demanda por trigo ainda bastante reprimida. Outras variáveis devem também entrar no radar, como os custos logísticos e o preço final do trigo importado de fora do Mercosul e o comportamento da taxa de câmbio”, complementa.

Desânimo com os preços

O especialista em trigo do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab), Carlos Hugo Godinho, aponta que uma das condições que podem influenciar os preços internos é o resultado da próxima safra argentina, principal exportador para o Brasil. “Se essa cota for estabelecida, o trigo norte-americano terá sua influência na cotação local, que também depende do preço de exportação da Argentina. Se o preço argentino baixar e tiver que competir com o dos Estados Unidos sem essa taxa, haverá uma pequena depreciação. Ou seja, os produtores brasileiros receberão menos pelo trigo”, explica.

Outro fator é que os moinhos da região Norte e Nordeste do país, pela proximidade com o hemisfério Norte, terão a

opção de comprar a matéria-prima por um preço mais barato, devido ao menor custo com transporte. Isso também resulta na queda do preço pago ao produtor. “Os moinhos nortistas e nordestinos poderão ter esse competidor externo à Argentina, o que acaba sendo mais um elemento de pressão no preço do trigo brasileiro”, acrescenta.

Além disso, a retirada da tarifa pode desestimular o plantio de trigo no Paraná, visto que produtores já estão se preparando para o início da nova safra no final de abril. As últimas projeções do Deral indicam que a área plantada de trigo no Estado deverá cair em 6%. Ainda segundo o especialista, o momento atual é de incerteza. “A isenção da tarifa é um dos fatores, mas existem outras questões que também influenciam. O produtor paranaense teve duas safras ruins por problemas climáticos. O reajuste do preço mínimo do governo federal, apesar de positivo, ainda ficou aquém do custo de produção, ou seja, é um custo alto que fica muito próximo de não ser coberto. O produtor começa a desanimar com essa perspectiva de preço”, observa Godinho.

A implementação da cota para o trigo norte-americano ainda não foi oficializada e não há especificações de como será negociada e/ou se será permanente. Ainda, a Decisão 32/2000 do Conselho Mercado Comum do Mercosul estabelece o compromisso de que os países-membros devem negociar em conjunto os acordos de comércio que envolvam concessões tarifárias e não podem acordar novas preferências comerciais que não tenham sido negociadas pelo Mercosul.



Fim da Lei Kandir colocaria o agro em colapso

Regra que isenta as exportações de produtos primários de ICMS está ameaçada pelas políticas neoliberais do governo federal

Aprovada em 1996, como forma de ampliar a competitividade do Brasil no mercado externo, a Lei Kandir está ameaçada. A legislação – que isenta de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as exportações de produtos primários – é uma das grandes responsáveis pelo salto que o agronegócio brasileiro deu nas últimas décadas, conquistando destaque internacional. Alinhado à política neoliberal, o governo federal ameaça pôr um fim neste instrumento, sob justificativa de corte de gastos. Ocorre que o Palácio do Planalto está desprezando uma variável importante: o eventual fim da Lei Kandir colocaria o setor agropecuário em colapso e, por consequência, atingiria toda a economia do país.

Em discurso ao Senado no fim de março, o ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a anunciar: “A Lei Kandir morreu”. De forte inclinação neoliberal, o homem forte do governo Jair Bolsonaro já sinalizou que esta deve ser uma das prioridades, após as definições sobre a Reforma da Previdência. Neste meio tempo, integrantes da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), do agronegócio e exportadores têm se articulado para evitar o fim da Lei Kandir, o que seria catastrófico para toda a cadeia produtiva.

Os alvos dessa articulação têm sido, é claro, a Casa Civil e o Ministério da Economia. Neste trabalho de sensibilização, os parlamentares da FPA têm tentado mostrar ao governo federal que a extinção da Lei e a consequente taxação das exportações de produtos primários inviabilizaria o agronegócio e acabaria com a competitividade externa do setor.

“A preocupação é imensa, porque [o fim da Lei Kandir] provocaria o aumento dos custos de produção. Qualquer taxação seria desastrosa e causaria prejuízos incalculáveis. Por isso, neste momento, temos apostado neste trabalho de convencimento”, diz o deputado federal Pedro Lupion (DEM), que integra a FPA.

Para o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Menequette, apesar de ser um impasse político, a pressão pela manu-

tenção da Lei Kandir tem que ser exercida por toda a sociedade, porque os efeitos do eventual fim da legislação seriam sentidos por todo o país. “É um problema que diz respeito a todo o Brasil, porque desequilibraria toda a economia e causaria uma série de consequências graves, como recuo da produção e desemprego. E não estamos falando só do setor agropecuário”, aponta.

Um dos pontos de tensão neste tema é a pressão de governadores. Isso porque as isenções de ICMS concedidas pelos Estados seriam compensadas por repasses do governo federal – o que não ocorreu desde a aprovação da lei. Estima-se que as dívidas da União com os Estados passem dos R\$ 600 bilhões.

Reação em cadeia

Desde que o fim da Lei Kandir começou a ser aventado, uma série de estudos vieram à tona, para tentar medir o impacto que a medida provocaria. Alguns levantamentos apontam que a cada R\$ 1 concedido em isenção pelo governo federal à cultura de grãos, R\$ 3 voltam à economia, por meio de impostos diretos e indiretos. Outro estudo aponta que a Lei Kandir possibilita a redução dos custos de produção entre R\$ 400 e R\$ 500 por hectare.

Apesar de não ser possível quantificar com exatidão o tamanho do estrago, segundo o coordenador do Departamento Técnico e Econômico (DTE) da FAEP, Jeffrey Albers, os efeitos com o fim da Lei Kandir seriam amargos o suficiente para levar não só o setor agropecuário, mas toda a economia do país à bancarrota.

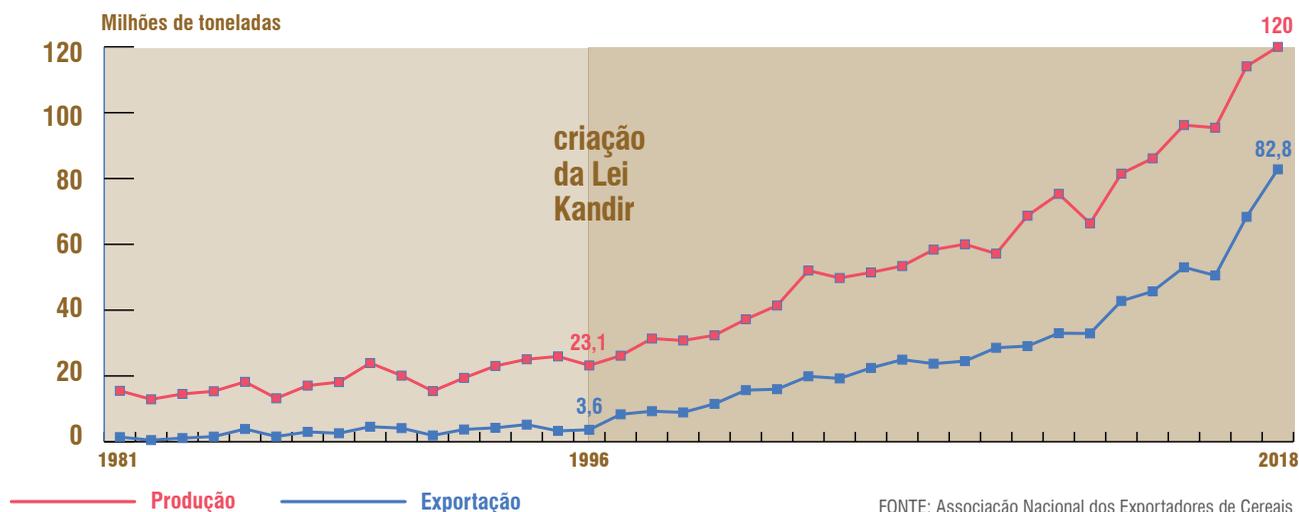
“A Lei Kandir foi a alavanca que o setor precisava para estimular a produção e tem sido indispensável para sustentar a nossa competitividade internacional. A revogação [da Lei] implicaria na perda da nossa condição comercial externa. Neste caso, seria devastador”, aponta Albers.

O que é a Lei Kandir?

Desde 1996, a Lei Complementar 87/1996 acabou por ser conhecida pelo nome de seu autor, o então deputado federal e economista Antônio Kandir (que chegou a ser ministro do Planejamento no governo

de Fernando Henrique Cardoso). A lei prevê a isenção do pagamento de ICMS sobre exportações de produtos primários e semielaborados ou serviços. O montante que os Estados deixariam que arrecadar com a cobrança deste imposto seria coberto pelo governo federal, por meio de repasses anuais.

Evolução da produção e exportação de soja no Brasil



Lei ajudou o agro a decolar

No Brasil, o principal grupo afetado seria a produção de grãos, especialmente a soja. Dados da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) apontam que a produção e a exportação da oleaginosa só decolaram acentuadamente após 1996, ano de aprovação da Lei Kandir.

É uma relação direta. Em 1996, por exemplo, o país produzia 23,1 milhões de toneladas e exportava 3,6 milhões. No ano passado, a produção da oleaginosa bateu a casa das 120 milhões de toneladas (aumento de 421%) e os embarques do produto chegaram a 82,8 milhões de toneladas (incremento de 2.200%). Só com esse produto, o país movimentava R\$ 40 bilhões por ano.

“Antes de Lei Kandir, a produção e as exportações eram mínimas. O Brasil só se tornou o que é, em relação a grãos, depois da criação”, diz o presidente da Anec, Sérgio Castanho Teixeira Mendes.

Sem as isenções garantidas pela Lei, o setor produtivo prevê uma queda abrupta em produção e em exportação. Isso porque todos os elos do setor – produtores, transportadores e exportadores – trabalham com margens pequenas, para garantir um preço competitivo internacionalmente. A taxa de ICMS desequilibraria esta equação, abrindo caminho para concorrentes diretos, como Estados Unidos e Argentina.

“Isso tiraria todo o equilíbrio da cadeia, toda a competitividade que temos lá fora. Eu não quero nem pensar nisso. Se falar em taxar a exportação, pode botar uma cruz em

cima de todo o setor, porque vai acabar com a atividade”, assegura Teixeira Mendes.

“Se o preço não estiver condizente internacionalmente, vai ter sobra do produto internamente. Isso faria despencar o preço e inviabilizaria completamente a produção”, acrescenta o economista da FAEP.

Esses reflexos, é claro, não ocorreriam só com a soja, mas com todos os produtos primários exportados pelo Brasil. Outras entidades, como o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), também já se manifestaram contra a extinção da Lei Kandir. “A isenção do ICMS fortaleceu a produção agropecuária nos Estados brasileiros, criando renda em diversos municípios, além de impostos que foram compartilhados por todos os entes federativos”, aponta nota da Cecafé.

Não é só o agro

O impacto do eventual fim da Lei Kandir não está restrito ao campo. Só as exportações de soja, por exemplo, mantêm firmes setores, como transportes e infraestrutura. A cada ano, o produto demanda cerca de 3,4 milhões de viagens de caminhões e mais de 1,4 mil navios. Isso sem falar nos empregos diretos e indiretos gerados pela cultura.

“Tudo isso precisa ser levado em conta, porque tudo acabaria junto com a Lei Kandir”, resume o presidente da Abec. “É uma reação em cadeia, em que o próprio país acaba perdendo e, talvez, de forma irreversível”, avalia Jeffrey Albers.

Suspensão de abates deixa avicultores apreensivos

Setor produtivo dialogava com a BRF quando foi pego de surpresa pela decisão da empresa de parar atividades por cinco meses na unidade de Carambeí



A BRF anunciou no início do mês de abril que vai suspender os abates de frangos em sua planta de Carambeí, nos Campos Gerais, por cinco meses. A medida, que passa a valer a partir do dia 27 de maio, pegou produtores da região de surpresa. Agora, o clima entre quem fez investimentos altos para produzir e terá de deixar estruturas ociosas por praticamente meio ano, é de preocupação e apreensão.

Tiago Grombek está há dois anos com uma estrutura chamada de modal, que consiste em quatro aviários de 16 metros de largura por 150 metros de comprimento. O valor investido por ele foi de R\$ 4,4 milhões na estrutura. A capacidade de alojamento é de 47 mil cabeças por barracão, ou seja, quase 190 mil aves por lote. Mas a partir do fim do fim de maio, serão cinco meses sem nenhum frango no local.

“Desde que eu comecei, na ver-

dade, peguei apenas dois lotes regulares, com intervalos normais. Depois foi diminuindo a frequência. Em vez de alojar 8,3 lotes por ano, nesses dois anos inteiros tive 13 lotes. A gente fez o investimento para estar produzindo, não para estar parado. Estamos apreensivos, esperando uma posição concreta, não sabemos se vai ser mesmo só cinco meses, isso está vago”, comenta.

O presidente da Comissão de Avicultura da FAEP, Carlos Bonfim, revela que a unidade da BRF que vai ficar com atividades suspensas já chegou a abater 550 mil frangos por dia, do tipo Griller (produto voltado à exportação). Isso foi antes das operações da Polícia Federal (PF), entre elas Traça e Carne Fraca. Depois, segundo Bonfim, esse volume de produção vem oscilando, a ponto de agora estar em 260 mil por dia.

“Para atender a demanda de pro-

dução dessa planta de Carambeí, são em torno de 350 a 400 produtores em toda a região dos Campos Gerais e entorno. Fomos pegos de surpresa, não imaginávamos que isso aconteceria, estamos apreensivos. A princípio são cinco meses, mas não sabemos o que vai acontecer amanhã ou depois. Temos problemas sérios, o que vamos fazer para honrar nossos funcionários nesse período?”, questiona.

Bonfim revela que a empresa se prontificou a pagar uma indenização diária aos produtores durante o período de paralisação. Serão R\$ 84 por dia aos avicultores que têm barracões convencionais, de 1200 m², e R\$ 420 por dia aos avicultores que têm núcleos fechados (modal), compostos por quatro barracões em um total de 9.400m². “A indenização é muito importante, mas cobre apenas os custos de subsistência, o avicultor precisa viver nesse período”, pondera.



Aviários construídos com investimento de R\$ 4,4 milhões preocupam o produtor Tiago Grombek

FAEP deu suporte aos produtores

No dia 12 de fevereiro, a FAEP mandou um ofício à BRF após surgirem rumores de que haveria suspensão das atividades da planta de Carambeí. O objetivo da federação foi obter esclarecimentos sobre o que até então ainda eram suposições. Já no dia 13 de fevereiro, a FAEP recebeu uma resposta da BRF dizendo que do dia 20 de março a 18 de abril seriam abatidos 260 mil frangos por dia na unidade de Carambeí, e que nesse período funcionários de uma linha de abate dos dois turnos teria férias coletivas. A resposta dizia ainda que em 22 de abril a empresa voltaria a abater na unidade um volume aproximado de 370 mil frangos por dia, e que a decisão seria comunicada por meio de uma reunião de CADEC aos produtores naquele mesmo dia.

A técnica do Sistema FAEP Mariana Assolari revela que a decisão da BRF pe-

gou o setor inteiro de surpresa. “A cadeia avícola é complexa, está passando por problemas sucessivos desde 2017 com o início das operações da PF. Por se tratar de uma cadeia com diversas variáveis, os ajustes não são feitos de uma hora para a outra. Nenhum fato isolado no cenário atual político, econômico e sanitário interno e externo justifica uma parada dessas por tanto tempo”, avalia.

BRF: medida visa manter estoques em níveis adequados

Procurada pela reportagem do Boletim Informativo para mais esclarecimentos, a BRF confirmou em nota que “suspenderá, por até cinco meses, o abate de frangos na unidade de Carambeí (PR) a partir de 27 de maio de 2019.” A empresa comenta que a medida “reforça a estratégia já anunciada de manter os estoques em níveis adequados para a operação da companhia, ao mesmo tempo em que

priorizará gestão da oferta para assegurar o equilíbrio do sistema produtivo.”

No documento, a BRF diz que “a demanda atendida atualmente pela fábrica de Carambeí poderá ser integralmente garantida por outras unidades da BRF, sem impacto no atendimento a mercados e clientes. Como parte desse processo, a BRF também já deu início às negociações com o sindicato representante da categoria para discutir alternativas que viabilizem a manutenção dos postos de trabalho”, diz.

“A companhia”, segue o documento, “ressalta que todos os termos contratuais vigentes serão honrados junto aos atuais produtores da região, que estão sendo contatados a partir da data de hoje para tratar dos próximos passos e sanar eventuais dúvidas. A BRF esclarece ainda que, neste período, as atividades administrativas, expedição, higienização, manutenção e utilidades serão mantidas na unidade”, finaliza.



Assista ao vídeo da matéria no nosso site sistemafaep.org.br

Evento recebeu mais de 800 participantes, entre autoridades, técnicos, produtores e interessados

Simpósio fomenta integração do setor lácteo

Evento promovido em parceria com o SENAR-PR contou com mais de 800 participantes de diversos Estados

Um novo cenário de desafios e a busca pela eficiência produtiva na pecuária de leite nortearam as discussões ao longo do 9º Simpósio Leite Integral, realizado entre os dias 9 e 11 de abril, na ExpoUnimed, em Curitiba. O público de mais de 800 pessoas contou com autoridades envolvidas com a pecuária de leite paranaense, produtores, técnicos, consultores, pesquisadores, professores e estudantes do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso. O evento é uma iniciativa da Revista Leite Integral em

parceria com o SENAR-PR.

Na abertura do evento, o presidente da Comissão Técnica de Bovinocultura da FAEP e do Conseleite Paraná, Ronei Volpi, comentou a importância do setor lácteo para o Brasil, em especial, para a região Sul, destacando o trabalho da Aliança Láctea Sul Brasileira, entidade que congrega Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para fortalecer a cadeia produtiva do leite.

“Os três Estados do Sul hoje, juntos, têm aproximadamen-



Ronei Volpi destacou produção sul-brasileira



Sistema FAEP/SENAR-PR contou com estande para exposição de seu trabalho durante o evento

“É momento de dar atenção aos nossos objetivos, como a organização, a defesa da classe e a qualificação profissional”

Ronei Volpi, presidente da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da FAEP

te 7% do território nacional e produzem 40% do leite brasileiro, chegando a 13 bilhões de litros. Isso representa mais volume produzido que Paraguai, Argentina e Uruguai juntos. Então, vejam a nossa responsabilidade de caminhar, com passos largos, na busca pela nossa competitividade em termos internacionais. E quando se

fala em competitividade, diz respeito à qualidade do leite, à regularidade de abastecimento e à sustentabilidade econômica da propriedade”, afirmou.

Ainda, Volpi assinalou a atuação do Sistema FAEP/SENAR-PR como fundamental para a construção das oportunidades do setor, fomentando a participação em eventos como o Simpósio de Leite Integral. “É um momento de dar atenção aos nossos objetivos, como a organização dos produtores, a defesa da classe e, principalmente, a qualificação profissional de produtores e trabalhadores do setor desenvolvida pelo SENAR-PR”, concluiu.

Desafios e oportunidades

O 9º Simpósio de Leite Integral abordou os grandes desafios e oportunidades da pecuária leiteira, dos pontos de vista técnico e mercadológico. Em consonância com o tema apresentado este ano, o evento tornou-se um momento oportuno para a troca de informações e aperfeiçoamento dos conhecimentos entre produtores, pesquisadores, estudantes e outros envolvidos no setor.

Este foi um dos pontos citados pelo médico veterinário do Departamento

Técnico Econômico (Detec) do SENAR-PR Alexandre Lobo Blanco, além da importância dos debates realizados para o sucesso dos treinamentos promovidos pela entidade. Nesse sentido, o participante do evento Sandro Márcio Zatta, instrutor do SENAR-PR há cerca de um ano, ressaltou que os produtores devem estar atentos às novidades do mercado.

“O tema tem muito a colaborar com o nosso dia a dia nos cursos do SENAR-PR e para aplicar os conhecimentos. Nós enfrentamos grandes desafios quanto à sucessão familiar, automação das atividades e fertilização, assuntos da realidade das propriedades leiteiras e que foram debatidos aqui no simpósio”, pontuou Zatta.

Já o produtor rural Ricardo Yoshihiko Komagone pretende aumentar o rebanho em sua propriedade, no município de Floresta, na região Norte do Estado, e viu o evento como um espaço de aprendizagem, visto que a criação de bezerras foi tema abordado. “Eu estou com esse foco de criar melhor a bezerre, que é o futuro da propriedade. Hoje, o simpósio já é referência para o setor, então sei que quem está aqui conhece e está interessado nas novidades do mercado. A mudança é muito rápida e temos que acompanhar”, observou.



PALOTINA

MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS

Terminou no dia 6 de março deste ano o curso "Trabalhador no Cultivo de Grãos e Oleaginosas - inspetor de campo em manejo integrado de pragas", promovido pelo Sindicato Rural de Palotina. As aulas ministradas pelo instrutor Everton Debertolis começaram no dia 30 de agosto do ano passado para 14 alunos.



ANDIRÁ

INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA

O Sindicato Rural de Andirá e Biblioteca do Sesi realizaram o curso "Programa de Inclusão Digital - introdução à informática", entre os dias 5 e 17 de novembro de 2018. O instrutor Guilherme Tavares Vasconcelos capacitou nove pessoas.



CAMPINA DA LAGOA

MANUTENÇÃO DE CARREGADORAS

Entre os dias 26 e 30 de novembro do ano passado, um grupo de 10 alunos participou do curso "Trabalhador na Operação e na Manutenção de Carregadoras". As aulas foram ministradas pelo instrutor Bruno Bove Vieira. O curso foi organizado pelo Sindicato Rural de Campina da Lagoa.



NOVA LONDRINA

INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA

O curso "Programa de inclusão digital - introdução a informática" aconteceu entre os dias 11 e 15 de fevereiro deste ano, por promoção do Sindicato Rural de Nova Londrina. A instrutora Tania Dirlene Ratz Gerstner capacitou 14 pessoas.



PARANACITY

JAA

No dia 14 de fevereiro de 2019 terminou as aulas de duas turmas do programa "Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) - cenário agrossilvipastoril", desenvolvido pelo SENAR-PR. Durante o programa promovido pelo Sindicato Rural de Paranacity, a instrutora Marlene Fátima Calzavara ministrou aulas para 35 alunos.



CASCADEL

SEGURANÇA DO TRABALHO

O Sindicato Rural de Cascavel promoveu o curso "Segurança do Trabalho – Trabalho e Altura", nos dias 18 e 19 de fevereiro deste ano. O instrutor Daniel Giorno treinou 10 alunos.



MAMBORÊ

OPERAÇÃO DE DRONES

O recém lançado curso do SENAR-PR, "Operação de Drones aconteceu por promoção do Sindicato Rural de Mamborê" entre os dias 20 e 22 de fevereiro de 2019. O instrutor Xisto Roque Pazian Netto repassou os conhecimentos a sete alunos.



SANTA MARIANA

GESTÃO DE PESSOAS

Nos dias 22 e 23 de fevereiro, o Sindicato Rural de Santa Mariana promoveu o curso "Gestão de pessoas - comunicação e técnicas de apresentação". As aulas para 18 alunos foram ministradas pela instrutora Carmen Mercedes Zuan Benedetti.

VIA RÁPIDA



Abaporu

Que em tupi-guarani significa “o homem que come”, é o nome dado ao quadro mais famoso da pintora Tarsila do Amaral. Ainda, é a obra mais cara produzida no país. O valor não é divulgado, mas em uma exposição no Museu de Arte Moderna de Nova York, em 2018, uma apólice de seguros foi feita para a obra no valor de 45 milhões de dólares.

De volta ao passado

Há 10 anos, o casal Sarah e Gabriel Chrisman vivem como se estivessem no século 19: não têm celulares, eletricidade em casa e se vestem e manipulam utensílios característicos da época. O interesse pelo novo estilo de vida veio depois que Sarah ganhou de seu marido um espartilho, típico da época, e que inclusive ainda usa sob suas vestes, assim como as moças do passado.



Helifusca

Para realizar o sonho de ter o seu próprio helicóptero, o agricultor Paulo Sergio Palinski, da cidade de Virmond, no Paraná, fez uma réplica a partir de um fusca usado, com base em um brinquedo que comprou em uma loja. Após quatro meses de trabalho, a sua obra de arte está exposta à beira da BR-277 que passa pela sua cidade.



Banana azul

Sabia que existe uma banana que tem a casca azul, gosto de baunilha e textura de sorvete? O sonho de consumo de quem tem um estilo de vida *fitness*. A fruta não é fácil de ser encontrada por aqui, mas é bem comum no Haváí. Apesar do nome, a Blue Java só fica azul em seu período de maturação, ao invés de verde como as espécies que conhecemos.





Encomenda pesada

Para construir uma agência bancária em Vernal, nos Estados Unidos, o encarregado do projeto preferiu usar os tijolos de uma companhia a 240 quilômetros de onde ficaria a construção. O inusitado dessa história foi a logística pela qual W.H. Coltharp optou para trazer os tijolos a Vernal: por correspondência. Isso aconteceu em 1916, época em que só era permitido o envio de até 22,6 kg, e com baixíssimo custo. No fim, 36 toneladas foram enviadas para a construção da agência. Tal peripécia mudou as regras de envio do país, que instituiu como limite de envio e recebimento diário por pessoa a quantidade de 90 quilos, devido aos transtornos causados pela encomenda.

Pinguim cavaleiro

Sir Nils Olav, assim é conhecido o pinguim que recebeu o título de membro honorário da guarda real da Noruega em 1972, após uma visita do general Nils Egelien ao zoológico de Edimburgo, na Escócia, e que logo em seguida recrutou a ave. Porém, apenas em 2008 o pinguim foi condecorado como Cavaleiro da Guarda Real Norueguesa. Como se não bastassem as honrarias, foi patenteado como Brigadeiro da Guarda Real. Na verdade, o Sir Olav original faleceu em 1987 e passou o título aos seus descendentes, e hoje é Sir Olav III quem o ostenta.



UMA SIMPLES FOTO

História X Tempo

- Os mamutes, primos distantes dos elefantes, foram extintos mil anos depois dos egípcios terminarem a construção da Grande Pirâmide de Gizé;
- Por falar em pirâmides, a rainha Cleópatra (69 a.C.) viveu mais próximo à invenção do iPhone (2007) do que à construção das pirâmides (2550 a.C.);
- Na mesma lógica, a Universidade de Oxford é mais antiga (1096) do que o Império Asteca (1300 a 1521);
- Foi comprovado que a cada dois minutos tiramos mais fotos do que as pessoas que viveram no século 19;
- O objeto mais antigo conhecido pelo homem é um zircão, material rochoso com 160 milhões de anos mais jovem que a Terra. Parece muito? A Terra tem 4,4 bilhões de anos e o primeiro fóssil humano que se tem notícia tem 195 mil anos.



Agora, você também pode acompanhar **24 horas por dia** o que o Sistema FAEP/SENAR-PR está fazendo.

Siga nossas redes sociais



Facebook
Sistema Faep



Instagram
sistema.faep



Twitter
SistemaFAEP



Linkedin
sistema-faep



Flickr
SistemaFAEP

SISTEMA FAEP



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

